

PAISAGEM: A DIMENSÃO ESPACIAL NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

LANDSCAPE: THE SPATIAL DIMENSION IN HERITAGE EDUCATION

Pedro de Alcântara Bittencourt César

Doctor in Geography, Universidade de Caxias do Sul, Brasil

bittencourt_tur@yahoo.com.br

Cíntia Elisa Dhein

Master Student in Tourism, Universidade de Caxias do Sul, Brasil

cintiadhain@hotmail.com

Pablo Cesar Uez

Master Student in Tourism, Universidade de Caxias do Sul, Brasil

pablouez@gmail.com

RESUMO

O presente artigo, de caráter exploratório, tem o objetivo de apresentar uma construção teórica que associe o conceito de espaço na valorização da identidade e memória das sociedades, por intermédio da educação patrimonial. Considera-se o espaço como produto de uma sociedade, que o transforma constantemente. Desta relação resultam marcas que se sobrepõem, definindo uma nova paisagem. Analisa-se a paisagem e seus elementos espaciais, justificando-os como testemunhas do passado vivido desta sociedade. Neste ensaio, define-se um corpo teórico configurando suas transformações ao longo do tempo, permitindo, através da leitura deste contexto, a compreensão desta evolução. Nela aborda-se a educação patrimonial ao considerar o contexto paisagístico / espacial de seu objeto de estudo, ou seja, o patrimônio cultural. Objetiva-se com este estudo contribuir para uma compreensão mais holística e profunda da sociedade, bem como a valorização de seus legados, como atrativo turístico.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo Cultural, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Paisagem.

ABSTRACT

This article, an exploratory one, aims to present a theoretical construction that connects the space concept to value society's identity and memory, through heritage education. Space is considered a society product and is constantly being modified by it. On this relation some spots are overlaid and a new landscape emerges. The landscape and its special elements are analysed as witnesses of the past time lived in this society. In this essay a theoretical body is defined to configure its changes on a time period, allowing by the context understanding the comprehension of this evolution. Heritage education is approached when considering the landscape/space context of this object of study, which means, the cultural heritage. This study aims to contribute for a deeper and more holistic society comprehension, as well as to appreciate its legacy, the tourist attractions.

KEYWORDS

Cultural Tourism, Cultural Heritage, Heritage Education, Landscape.

1. INTRODUÇÃO

As sociedades humanas sempre trataram de transformar o espaço ao seu redor na busca por melhores chances de sobrevivência, ante as condições naturais. Nesta transformação, a morfologia, as dinâmicas e o significado do espaço para a própria sociedade vão ganhando novos nuances, que muitas vezes transcendem a mera sobrevivência e se tornam ícones da sua identidade.

As sociedades, comumente, procuram deixar legados às gerações vindouras. Através de monumentos, como os arcos do triunfo romanos, templos gregos entre outros, se procurou perpetuar pelo tempo os grandes feitos, as grandes conquistas. A idéia de patrimônio sempre esteve muito ligada a esta materialidade (CHOAY, 2006). Mais recentemente o conceito de patrimônio tem se alargado, englobando aspectos, além dos tangíveis, como bens imateriais.

O patrimônio cultural é uma construção social, que tem como premissa a preservação memorial da essência da comunidade. A paisagem, como reflexo da produção humana no espaço tem um caráter inato de patrimônio. Ela deve estar inserida nos programas de educação patrimonial, ação que tem por um de seus objetivos, valorizar o patrimônio cultural. Através da preservação e da valorização, há um desenvolvimento social, possibilitado pelo olhar crítico e holístico sobre o processo histórico desta comunidade.

2. CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

No contexto da revolução francesa, em 1790, que se define o estatuto de monumento e de monumento histórico. Assim, no seu entendimento definem-se valores sócio-culturais, tais como instrumentos de inventário, tombamento, preservação, ou mesmo formas de reutilização, como museus, entre outras.

Patrimônio cultural em qualquer sociedade é produto de escolhas. Camargo (2005) atribui sempre como arbitrária, ou seja, resultante da seleção de alguns elementos em detrimento a outros, que serão esquecidos. Seu entendimento perpassa a compreensão de conjuntos de símbolos, que precisam ser interpretados para que seu significado possa ser entendido. O patrimônio, como valor simbólico, atua como eixo entre as pessoas separadas pelo tempo, sendo testemunho de idéias e acontecimentos do passado (VINUESA, 2002). O patrimônio é apreciado pela atração que desperta nos sentidos, pelo prazer que proporciona em razão de sua forma e qualidade. O patrimônio cultural com valor de uso satisfaz necessidades materiais, de conhecimento e de desejo.

O patrimônio de uma comunidade compreende o ambiente, incluindo a natureza e a cultura, do passado e do presente, em sua dimensão tangível e intangível, que em seu deslocamento para conhecer no que implica o turismo contemporâneo, supõe não somente o percurso no espaço, mas também no tempo, fazendo do destino um lugar e com frequência um passado (MANTERO, 2003: 11).

Para Meneses (2006), pensar o patrimônio cultural de uma sociedade significa pensar a própria sociedade e problematizar a sua forma de participação na vida. Todos os homens em seu cotidiano são históricos, toda cultura é objeto de história, não apenas os grandes feitos.

O patrimônio cultural é o legado de uma sociedade, que transcende o tempo e testemunha para as gerações vindouras a sua própria gênese.

A PAISAGEM

As lógicas espaciais estão engendradas nas ações humanas. É a sociedade que delimita e transforma o espaço, tentando moldá-lo às suas necessidades e possibilidades em várias escalas. Esta interação entre o elemento humano e o espaço cria o que Boullón (1997) define como espaço cultural.

Quando uma sociedade se apropria do espaço, fazendo prevalecer o seu poder sobre uma determinada parte dele, criam-se territórios. O território é abordado como sendo “um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 2003: 78). O poder é a grande força construtora da territorialidade, onde quer que ela exista. Aqui o entendemos como sendo “a habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo.” (Arendt, 1985, *apud* Souza, 2003: 80). Por essa ótica, define-se território como sendo uma porção do espaço delimitada pelas lógicas sociais estabelecidas e aceita coletivamente pelos indivíduos de uma dada sociedade. A estas lógicas sociais que regem o território, definimos como territorialidade.

O estabelecimento da territorialidade e sua conseqüente delimitação espacial, o território, é a condição básica para que o espaço passe a ser produto da sociedade, que o transforma. Milton Santos nos diz que “o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da sociedade que lhe dá vida” (SANTOS, 1982: 5). Por tanto, as lógicas espaciais não podem ser entendidas senão dentro das lógicas sociais, considerando que os elementos componentes do espaço são: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas (SANTOS, 1982). Assim, pelo trabalho (os homens) através dos meios de produção (as firmas) ordenados pelas lógicas sociais (as instituições) os recursos (meio ecológico) são transformados em produtos (infraestruturas).

Estas transformações alteram a composição espacial, inferindo-lhe características próprias, reflexos da sociedade e de suas lógicas. A paisagem é o resultado percebido da transformação infligida ao espaço pela sociedade. O turismo tem se apropriado muito das paisagens como recurso turístico, onde as características cênicas cativam ao observador. Porém a paisagem engloba bem mais do que visuais bonitos.

Dentre as diversas definições existentes, Castrogiovanni (2004) sintetiza um conceito que demonstra o caráter memorial da construção da paisagem:

A paisagem, aqui, é entendida, não apenas como uma unidade visível do arranjo espacial que nossa visão alcança – como se fosse um olhar imóvel da imagem - mas como algo que tem memória, que compreende e só é compreendida através do processo histórico (CASTROGIOVANNI, 2004: 40).

Assim como um monumento é portador de significados para quem o concebe, a paisagem carrega em si os indícios das mudanças da própria sociedade. Os monumentos recordam os episódios, *flashes* da história, mas a paisagem nos fala do contexto. Esta abordagem remete a grande importância simbólica e memorial da paisagem. Portanto, a paisagem também pode se encaixar no conceito de patrimônio cultural, contribuindo para a reflexão sobre si da própria sociedade.

Recentemente a cidade de Santa Tereza, no estado do Rio Grande do Sul- Brasil teve sua paisagem urbana alçada ao *status* de patrimônio cultural. O reconhecimento público veio na forma de tombamento, a nível nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O intuito desta proteção é valorizar o contexto paisagístico urbano, permitindo uma clara leitura das características próprias desta comunidade, estampadas na sua produção espacial.

Esta pequena ação demonstra a mudança de conceito que hoje envolve a questão patrimonial. Não são apenas os bens tangíveis que são considerados importantes testemunhos da história. A valorização dos bem imateriais é uma tendência mundial, se bem que tardia no Brasil.

PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

Pode-se situar a origem da relação turismo e cultura no *Grand Tour* europeu, quando os aristocratas e mais tarde a burguesia viajavam principalmente para contemplar monumentos, ruínas e obras-de-arte dos antigos gregos e romanos (SALGUEIRO, 2002). Na atualidade a cultura continua a ser uma das principais razões para a viagem, porém modificou-se a forma como os inúmeros turistas visitam atrativos turísticos culturais. A própria noção de cultura, anteriormente ligada à idéia de civilização, ampliou-se e passou a incluir todas as formas de ser e fazer humanos (DIAS, 2006). Dessa forma, entende-se que todos os povos são detentores de cultura.

O acelerado processo de urbanização, as novas tecnologias e a necessidade de desligamento da rotina e de afirmação da identidade do povo perante a globalização estão modificando os hábitos de lazer das pessoas (SIMÃO, 2006). Estas estão procurando novas formas de entretenimento, com crescente interesse por férias em regiões de apelo cultural e histórico. A prática do turismo cuja motivação principal é a visita a lugares que se destacam por sua riqueza patrimonial, por seus costumes e tradições e por sua gente, pode ser chamado de turismo cultural. Porém, defini-lo dessa forma dá a entender que o visitante visitará apenas locais com apelos culturais, o que normalmente não ocorre. É preferível então identificá-lo, conforme Vallbona e Costa (2003), como um turismo com componentes culturais. Dessa forma, o patrimônio cultural se constitui num recurso econômico podendo ser utilizado pelo turismo como forma de desenvolvimento.

O turismo tem sido uma alternativa de valorização do patrimônio e da cultura. Situação que contrapõe com antigas práticas de desvalorização do passado e das referências de memória, pela qual passou o homem moderno, resultando numa sociedade que desconhecia a sua história. E esse desconhecimento ou a má utilização dos bens pode acarretar o desinteresse do turista por esse lugar. Faz-se necessário então, a construção de um processo de reapropriação pela população dos seus bens culturais e “garantir um aproveitamento turístico sustentável, adequado econômica, social, ambiental e culturalmente” (SIMÃO, 2006: 68).

Primeiramente, a população precisa compreender seu papel de guardião do patrimônio cultural. Desta forma, nas localidades onde o turismo cultural se realiza, são incorporados objetivos que agregam valores qualificadores. Nesta condição, os atrativos culturais devem ser voltados, especialmente para o lazer da comunidade em que esse patrimônio está inserido, condição para uma futura apropriação pelo turismo (CAMARGO, 2005). Assim, a atividade turística precisa ser planejada, estabelecendo parcerias e definindo em conjunto com a comunidade os objetivos e estratégias a serem adotadas, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável do turismo.

O envolvimento do setor educacional formal e segmentos não formais constitui base para garantia da manutenção dos bens turísticos, promovendo a sensibilização para a importância da apropriação do

espaço por todos, aspirando a sua real preservação – em todos os aspectos: cultural, social, ambiental, e econômico – e a sua adequada utilização (SIMÃO, 2006: 73).

É necessário que haja planejamento e envolvimento por parte das organizações diretamente ligadas ao turismo e daquelas que se dedicam ao patrimônio, a fim de minimizar os impactos negativos que podem causar deteriorização, a desvalorização ou até mesmo a destruição dos bens patrimoniais.

Dias (2006), cita como vantagens do planejamento do turismo cultural, a valorização cultural dos lugares e o orgulho das comunidades receptoras em relação ao patrimônio. A própria comunidade pode fornecer aos visitantes informações importantes sobre a sua herança cultural, reforçando o respeito e a compreensão entre as populações. Assim, muitas vezes encontram-se novos usos para construções do passado, que mesmo dentro de um novo contexto cultural preservam as características arquitetônicas de outro período histórico. O turismo ajuda a valorizar o patrimônio cultural, indicando oportunidades novas de recuperação, reutilização e conservação do patrimônio, oferecendo recursos para melhorar a infraestrutura urbana (VINUESA, 2002).

Segundo Mathieson e Wall (*apud* Henriques, 2003), são três formas de cultura que atraem os visitantes: a cultura inanimada, ou seja, que não envolve diretamente a atividade humana, como a visita a monumentos, prédios históricos, compra de artesanato; a cultura refletida no dia a dia do destino, ou seja, a observação das atividades habituais econômicas e sociais dos habitantes; as culturas animadas, aquelas que envolvem acontecimentos especiais, descrições históricas ou eventos, por exemplo. O turismo com apelo cultural se justifica pelos esforços de proteção, conservação e manutenção do patrimônio, devido aos benefícios econômicos e sócio-culturais que produzem para toda a população envolvida (HENRIQUES, 2003).

De acordo com a Carta Internacional do Turismo Cultural¹, o turismo com fins culturais deve proporcionar às comunidades residentes motivações para cuidarem e manterem o seu patrimônio e as suas práticas culturais. Para isso é necessário o envolvimento e a cooperação das comunidades locais, dos operadores turísticos, da iniciativa privada, dos gestores políticos, de forma que a atividade se desenvolva de maneira sustentável e que valorize a proteção do patrimônio para as futuras gerações.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Beni (2006) formula diretrizes para a sustentabilidade cultural, entre elas, afirma que é necessário “conhecer para dar a conhecer” (Beni, 2006: 112), ou seja, a educação da população local sobre sua própria identidade cultural e assim se permitir a transmiti-la ao visitante. Esse processo é chamado de educação patrimonial. Além desse, sugere também, “que a cultura local e o patrimônio necessitam de formas de interpretação e difusão adequadas ao visitante” (BENI, 2006: 113). E assim, através da interpretação patrimonial o conhecimento e os conteúdos culturais da comunidade tornam-se acessíveis ao visitante. O turismo, como prática econômica, precisa encontrar formas respeitadas de se inserir no cotidiano das comunidades que recebem visitantes, visto que as comunidades precisam participar e usufruir dos resultados (MURTA e ALBANO, 2002).

O entendimento a respeito da conceituação de patrimônio cultural já passou por diversas modificações, mas o que fica evidente é a preocupação com a preservação da cultura que é dinâmica, transmitida e apreendida. Todas as ações através das quais as comunidades expressam suas formas específicas de ser, são cultura. Assim, seus membros se identificam como integrantes de um grupo, dentro de um contexto social que partilha e possui uma história em comum. A cultura se identifica nos

¹ Adotada pelo ICOMOS na 12.^a Assembléia Geral no México em Outubro de 1999.

produtos materiais e imateriais e reconhecer que todas as comunidades possuem uma cultura. Considerar que cada qual tem uma forma diferente de se expressar significa aceitar a diversidade cultural.

Em busca da preservação desta diversidade e da proteção do patrimônio cultural é que se propõe a educação patrimonial envolvendo as comunidades receptoras de visitantes, que tem como um dos objetivos o turismo com aspectos culturais.

No Brasil, os desenvolvimentos de ações educacionais voltadas para a preservação dos bens culturais, têm obtido como resultado a recuperação da memória coletiva, o resgate da auto-estima das comunidades em processo de desestruturação, o desenvolvimento local e o encontro de soluções inovadoras para preservação do patrimônio cultural em áreas sob o impacto de mudanças e transformações radicais em seu meio ambiente (HORTA, 2003).

Horta (2006) define educação patrimonial como:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultura como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo de ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 2006: 6).

Outro aspecto de fundamental importância no trabalho da educação patrimonial é o seu caráter transdisciplinar, podendo ser aplicado como método em todas as disciplinas.

A educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na “*necessidade do passado*”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro” (HORTA, 2003: 6, grifo nosso).

A educação patrimonial se torna um objeto de alfabetização cultural, à medida que permite que o sujeito envolvido passe a fazer uma leitura diferenciada do meio em que vive, entendendo melhor seu passado e presente.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a construção do corpo teórico do presente artigo, de caráter exploratório, se dá pela revisão bibliográfica, a fim de compreender conceitos relevantes que possibilitem alcançar o objetivo proposto. Pesquisas de caráter exploratório se tornam adequadas, de acordo com Sellitz (apud Schlüter, 2003), para a familiarização com conceitos e com o tema a ser estudado. A revisão bibliográfica, segundo Köche (2009, p. 122), “É a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres”. Para compreensão dos conceitos chave que norteiam a pesquisa são estudados os autores Camargo (2005), Dias (2006) e Henriques (2003) que abordam o Turismo Cultural. Para o entendimento de Patrimônio Cultural, pesquisa-se Meneses (2006), Vinuesa (2002) e Mantero (2003). No que se refere a

Educação Patrimonial, utiliza-se os autores Murta e Albano (2002) e Horta (2003,2006). Por fim, para compreensão de paisagem são estudados Castrogiovanni (2004), Santos (1982) e Boullón (1997).

4. CONCLUSÃO

O processo de construção cultural da memória de uma sociedade passa por seus próprios saberes e fazeres. Dentro de uma lógica social de produção cultural, o espaço também é transformado, sendo testemunha destes acontecimentos. A paisagem é o elemento espacial que guarda em si, as marcas destas interferências. Ela permeia a sociedade e compõe o contexto onde as ações humanas se desenvolvem.

A definição de patrimônio cultural está vinculada ao conceito de legado memorial, que é portador de significado para a sociedade que o determina. Este significado pode ainda ser um atrativo para outros, ou seja, visitantes, se tornando um importante recurso turístico. O turismo tem sido um fator de grande importância para a preservação e valorização do patrimônio cultural de diversas localidades. A paisagem já é utilizada como recurso turístico por diversos destinos receptores. Porém seu potencial vai além, podendo alcançar um *status* de patrimônio cultural por seu testemunho histórico.

A educação patrimonial, principalmente da comunidade local, contribui para a recuperação e valorização da sua própria cultura. Mais que isso, torna o patrimônio cultural um vínculo efetivo com o passado, permitindo o pensamento crítico sobre o presente e o futuro da comunidade. Ainda possibilita que a experiência dos visitantes seja mais intensa e rica, quando amparada por uma comunidade receptora que assume o papel de guardião do seu patrimônio cultural. A paisagem, por sua característica intrínseca de reflexo espacial da produção da sociedade, é um elemento importante a ser considerado pela educação patrimonial. A paisagem é o contexto visível que permeia as ações humanas. O entendimento das suas transformações é o próprio entendimento das transformações da sociedade que a cria.

BIBLIOGRAFIA

- BENI, M. C. (2006), *Política e Planejamento do Turismo no Brasil*, Editora ALEPH, São Paulo.
- BOULLÓN, R. C. (1997), *Planificación Del Espaço Turístico*, Editora Trilhas, México.
- CAMARGO, H. L. (2005), *Patrimônio Histórico e Natural*, Editora ALEPH, São Paulo.
- CASTROGIOVANNI, A. C. (2004), *A Geografia do Espaço Turístico, Como Construção Complexa da Comunicação*, Tese (Doutorado em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CHOAY, F. (2006), *A Alegoria do Patrimônio*, 3Ed., Editora UNESP, São Paulo.
- DIAS, R. (2006), *Turismo e Patrimônio Cultural: Recursos que acompanham o crescimento das cidades*, Editora Saraiva, São Paulo.
- HENRIQUES, C. (2003), *Turismo, Cidade e Cultura. Planejamento e Gestão Sustentável*, Editora Silabo, Lisboa.
- HORTA, M. L. P. (2003), *O que é Educação Patrimonial?*, <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/pgm1.htm>, accessed 03.10.10.
- HORTA, M. L. P., GRUNBERG, A., MONTEIRO, A. Q., *Guia Básico de Educação Patrimonial*, IPHAN, Brasília.

- KÖCHE, J. C. (2009), *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação da pesquisa*, 26 ed, Editora Vozes, Rio de Janeiro.
- MANTERO, J. C. (2003), *Ambiente, Patrimonio y Turismo*, Trabalho apresentado no Congresso Latino Americano de Investigación Turística, Mar Del Plata.
- MENESES, J. N. C. (2006), *História e Turismo Cultural*, Editora Autêntica, Belo Horizonte.
- MURTA, S. M., ALBANO, C. (2002), “Interpretação, Preservação e Turismo: Uma Introdução”, *Interpretar o Patrimônio, Um Exercício do Olhar*, Território Brasilis, Belo Horizonte.
- SALGUEIRO, V. (2002), “Grand Tour: Uma Contribuição à História do Viajar Por Prazer e Por Amor à Cultura”, *Revista Brasileira de História*, <http://www.scielo.br>, accessed 09.03.2006.
- SANTOS, M. (1982), “O Espaço e Seus Elementos: Questões de Método”, *Revista Geografia e Ensino*, nº 1, Ano 1, Departamento de Geografia, Universidade de Minas Gerais.
- SCHLÜTER, R. (2003), *Metodologia da Pesquisa em Turismo e Hotelaria*, 2.ed, Editora ALEPH, São Paulo.
- SIMÃO, M. C. R. (2006), *Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades*, Editora Autêntica, Belo Horizonte.
- SOUZA, M. J. L. (2003), “ O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento”, in Castro, I. E., *Geografia: conceitos e temas*, Editora Bertrand, Rio de Janeiro.
- VINUESA, M. A. T. (2002), *Recuperación Del Patrimonio Cultural Urbano Como Recurso Turístico*, Tese (Doutorado em Geografia Humana), Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Madrid.